

Agricultores do Nordeste e do Norte poderão renegociar dívidas



A decisão do Senado Federal, que aprovou a Medida Provisória 733/16, abrange mais de 90 mil contratos e aproximadamente 75 mil produtores rurais que poderão liquidar suas dívidas com descontos que variam de 15% a 95% e de 10% a 85%, conforme o valor do débito e a localização do município. Os Agricultores terão descontos para a quitação ou renegociação, até 29 de dezembro de 2017, de dívidas rurais contraídas nas regiões de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Os maiores beneficiados são os mini produtores da agricultura familiar, que poderão retomar investimentos e realizar novos financiamentos para elevação da produção e consequente garantia de alimentos a preços justos.

Os produtores que ainda não conseguirem liquidar seus débitos poderão renegociar com amortização inicial de 1% a 5%, retomando os pagamentos em 2020 e concluindo em 2030.

Segundo o Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos, da Sudam, Inocêncio Gasparim, o Governo Federal e o Poder Legislativo, ao aprovarem a medida estão reconhecendo que ocorreram problemas nos projetos financiados, durante sua implantação e maturação. “Importante esclarecer que essa é uma pauta justa e permanente dos movimentos sociais da Produção Familiar Rural, mas que os “descontos” auferidos a cada projeto, são pagos com recursos do próprio Fundo Constitucional do Norte - FNO, uma fonte de recursos da sociedade da região norte”, afirmou.

Revisão da legislação
facilitará acesso ao crédito.

.....

Página 02

PRDA finalizado busca
oportunidades de
investimentos na Amazônia

.....

Página 03

Estudo pretende ampliar
projetos de energia solar
no Marajó

.....

Página 04

Revisão da legislação facilitará acesso ao crédito

O enxugamento da legislação referente aos fundos constitucionais de desenvolvimento e a sua operacionalização são alguns dos resultados esperados a partir da conclusão do Grupo de Trabalho (GT) formado pelo Ministério de Integração Nacional (MI), coordenado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, que conta, ainda com os bancos operadores, Superintendências vinculadas ao MI, como a da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), Federações das Indústrias e da Agricultura, entre outros.

A revisão das normas e sugestões apresentadas pelo GT serão discutidas em um esforço

interministerial (Ministério da Integração, Planejamento e Fazenda), e levada para apreciação da Casa Civil para que as alterações possam acontecer ainda este ano.

Uma das propostas é de transferir para os agentes operadores a competência para dispor sobre atividades tipicamente bancárias. O trabalho está em fase final e visa a desburocratizar, flexibilizar e descomplicar os atos legais que normatizam os Fundos de Desenvolvimento.

No início de outubro, os superintendentes da Sudam, Paulo Roberto Correia, da Sudene, Luiz Gonzaga Paes e demais diretores da área de fundos conheceram

as proposições da Secretaria de Fundos do MI, para facilitar o acesso aos recursos. Segundo o superintendente da Sudam, a revisão da legislação permite que os empresários que anseiam por financiamentos tenham acesso mais rápido ao crédito. “Temos hoje um fundo com cerca de R\$ 1,4 bilhões, e precisamos levar efetivamente esses recursos aos investidores que querem se instalar na Amazônia e desenvolvê-la. Acho que estamos no caminho certo e daremos um salto significativo de desenvolvimento em todas as regiões, desburocratizando, assim, a utilização dos fundos de desenvolvimento” concluiu.

Colheita da Soja: estima-se cerca de 90 milhões para a economia de Roraima

O setor produtivo do Estado de Roraima comemora a chegada de um período de fartura do grão. Todos os anos, no mês de setembro, acontece a abertura oficial da colheita da soja. O evento é promovido pela Comissão Organizadora da Colheita da Soja (COC) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima (FAERR). Só na fazenda Luana Luzia já foram produzidos 900 hectares do grão. A meta é colher 72 mil toneladas do grão, o que pode gerar uma economia de aproximadamente R\$ 90 milhões para o estado.

Situado no Hemisfério Norte e com regime de chuvas diferente das demais regiões produtoras do Brasil, o estado de Roraima começa a colher o grão em setembro, enquanto o restante do país já encerrou os trabalhos e se prepara para iniciar o plantio da próxima safra. O superintendente da Sudam, Paulo Roberto Correia, que esteve presente na abertura do evento, afirmou que desenvolver o setor produtivo é uma forma de atrair investidores. “Em Roraima as terras são boas, com preços acessíveis e excelente produtividade. Os produtores brasileiros precisam conhecer a riqueza e o potencial da nossa região, pois assim poderemos investir muito mais, com muito menos”, ressaltou Correia.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima, Silvio Carvalho, destacou as qualidades da produção agrícola da região. “Temos uma excelente localização e uma área com cerca de um milhão de hectares de cerrados, com 25 mil hectares de soja e com perspectivas de alcançar um milhão da própria soja em médio prazo”, enfatizou.



Expediente

INFORMATIVO

SUDAM

Ano 9 nº 50



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL



Superintendente: Paulo Roberto Correia
Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos:
Inocêncio Gasparim
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas: Keila Rodrigues
Chefia de Gabinete: Alda Selma Monteiro

ASCOM- Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
Ana Paula Catete, Marilena Vasconcelos, Ana Beatriz Mácola, Élide Fleury, Geovani Luz
Estagiários: Luana Moraes e João Micuanski
E-mail: ascom@sudam.gov.br -Twitter: @sudam_mi
Facebook: Sudam.br
Edição: Ana Paula Catete - DRT/PA 2020
Diagramação: Luana Moraes
Impressão: Reprografia da Sudam



OUVIDORIA DA SUDAM
4008 5689
0800 610021

ouvidoria@sudam.gov.br

PRDA finalizado busca oportunidades de investimentos na Amazônia

A Amazônia conta com um novo instrumento de planejamento para o desenvolvimento regional, observando os requisitos da sustentabilidade ambiental, estimulando a geração de emprego e renda, o crescimento econômico, com qualidade de vida e internalização da riqueza regional. A Sudam apresentou, em setembro, a conclusão do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

A apresentação foi feita pelo servidor da instituição, doutor e mestre Rinaldo Moraes. Participaram ainda a diretora de planejamento e articulações de políticas, Keila Rodrigues, além dos demais servidores.

O Plano inclui oito programas estratégicos: Pecuária e Extrativismo Sustentáveis; Turismo; Infraestrutura, contemplando transporte, energia e saneamento; Ciência, Tecnologia e Inovação; Indústria; Integração Intra-regional e Sul-americana; Educação; e Saúde. Dentre as oportunidades de financiamento dentro do PRDA, estão: Planos Plurianuais (PPA's) dos Estados e da União, Incentivos Fiscais do Governo Federal, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Amazônia, Financiamento externo de Instituições Multilaterais, Cooperação Técnica Internacional, além de Concessões (parceria público-privado) e Privatizações.

Segundo a diretora de planejamento, este trabalho é motivo de orgulho para instituição. “Este é um trabalho que nós construímos, sendo atualizado com o Programa Crescer do Governo Federal. Por isso eu convido a casa a colaborar conosco a partir do PRDA. Todos nós temos o compromisso com a execução que é tão importante para o Planejamento Regional”, exclamou Rodrigues.

Um dos resultados concretos que surgiu a partir do PRDA foi o estudo dos micro eixos de transporte de cargas dos estados. Esse estudo busca reduzir os custos de transporte para os Estados da Amazônia Legal, além de aumentar a competitividade econômica. A Sudam investiu cerca de R\$ 2,5 milhões nesse trabalho, e já concluiu nos estados do Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Tocantins. A previsão para entregar a última etapa é até abril de 2017, nos estados do Mato Grosso, Rondônia e Acre.



27 novos laudos são entregues na Amazônia



Mato Grosso, Pará e Amazonas foram alguns dos estados que receberam incentivos fiscais da Sudam, no período de setembro e outubro deste ano. Em Mato Grosso, o superintendente da Sudam, Paulo Roberto Correia, entregou 14 laudos, sendo 10 de implantação, dois de

incorporação no pleito de modernização e dois de modernização, no valor estimado de R\$ 3,5 milhões de reais. Os principais setores beneficiados foram o agrícola, produção alimentícia e indústria de limpeza. Para o superintendente com os benefícios é possível levar desenvolvimento e geração de emprego e renda aos estados da Amazônia. “Esses benefícios irão permitir que as indústrias se mantenham na região, com isso, aumentando o desenvolvimento”, afirmou.

No Pará a empresa Estaleiro Rio Maguari S.A, em Belém, teve aprovado seu projeto de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), referente ao ano-calendário 2014, permitindo, assim, reinvestir o valor de R\$ 600 mil reais para complementação de equipamentos. Outras três empresas do Pará também receberam laudos de

Incentivos Fiscais, em cerimônia na sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), com a presença do Ministro da Integração Nacional, Hélder Barbalho, da Superintendente Substituta da Sudam, Keila Rodrigues e do presidente da FIEPA, José Conrado. Os empreendimentos estão localizados nos municípios de São Geraldo do Araguaia, São Francisco do Pará e Belém. Os projetos aprovados para a redução de IRPJ totalizam R\$ 21 milhões, gerando e/ou mantendo cerca de 1.800 empregos diretos e indiretos.

No Amazonas, Paulo Roberto Correia entregou laudos de Incentivos Fiscais a cinco empresas, na sede da Federação das Indústrias do Amazonas (FIEAM). O principal setor beneficiado foi o da indústria, especialmente a de produtos de inovação tecnológica.

Energia Solar deve chegar ao Marajó



Comunidades isoladas e vulneráveis do Arquipélago do Marajó poderão ser beneficiadas por uma ação conjunta entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), que visa à aplicação de energia solar na região. A energia seria produzida por painéis fotovoltaicos, que usam a energia do sol, convertendo-a em energia elétrica utilizável. Servidores da Sudam estiveram no Instituto de Tecnologia da UFPA, em setembro, para avaliar a viabilidade do projeto. Participaram do encontro o Coordenador-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento (CGEAP) da Sudam, Flavio Blanco, o geógrafo Adilton Ribeiro, o economista Benedito Caldas, além do engenheiro civil, João Nepomuceno.

O trabalho é de responsabilidade do Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas energéticas (GEDAE), vinculado à faculdade de Engenharia Elétrica, Instituto de Tecnologia, da UFPA.

Na Sudam, a CGEAP montou um Banco de Projetos de infraestrutura onde a Energia Solar é o destaque. “Através da energia solar podemos alcançar as

Consultoria da Sudam auxilia Estados no Plano de Desenvolvimento

Atendendo à orientação do Ministério de Integração Nacional (MI) para dar apoio aos Estados da Amazônia na elaboração de seus Planos de Desenvolvimento, a equipe técnica da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) está prestando consultoria aos estados da Amazônia. No último dia 20 de outubro, uma oficina ministrada pela servidora Narda Souza, reuniu o staf do governo de Roraima, na sede da Secretaria de Planejamento (SEPLAN-RR), para dar início à consultoria.

Técnicos da Diretoria de Planejamento (DIPLAN) da Sudam elaboraram um estudo sobre o Estado de Roraima que lhes servirá de base para dar partida ao projeto. Um Grupo de Trabalho (GT), da Sudam, vem estudando estruturas metodológicas, com a finalidade de prestar apoio aos estados, que vem sendo realizado por meio de Termos de Cooperação Técnica com os governos dos estados, sem repasse de recursos financeiros. “É o nosso conhecimento que, junto com o deles, vai auxiliar na elaboração dos planos”, afirma Narda Souza. A partir desse estudo, foi elaborado um ensaio de estrutura, contendo os passos elementares para a elaboração do plano, para que cada estado adapte a sua realidade. “Nosso papel na oficina é de mediadora do grupo para fornecer subsídios para que eles reflitam sobre a sua realidade”, diz ela.

Os estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso já elaboraram os seus planos e os demais contarão com a consultoria da Sudam, que já detém a expertise, e já vem atuando, por exemplo, junto ao estado do Amapá.



comunidades mais isoladas e remotas da Amazônia com o serviço de energia elétrica. A proposta inicial é levar internet (programa GESAC do Ministério das Comunicações) e energia solar a essas comunidades”, declarou Blanco.

Na última reunião do Conselho deliberativo (Condel), da Sudam, em julho, foi aprovado ajuste na Programação de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), que passa a financiar até 60% do total dos projetos de geração de energia por aproveitamento das fontes de biomassa e da geração de energia por pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e centrais fotovoltaicas.